



OBRA PÚBLICA: redução da capacidade de investimentos de prefeituras preocupa empresas de construção

PETRÓLEO E GÁS

Emenda vai atingir oferta de empregos

Empresários dizem que muitas cidades vão reduzir investimentos em obras, o que vai afetar setor de construção civil

Nathália Esteves

As mudanças na distribuição dos royalties do petróleo, aprovadas na Câmara dos Deputados, não trazem apenas redução nos valores dos recursos recebidos pelo Estado e municípios. Administradores municipais e empresários também apontam outros desdobramentos: a diminuição da capacidade de investimentos das administrações públicas e, conseqüentemente, a

criação de empregos.

Para Wilmar dos Santos Barroso Filho, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado do Espírito Santo (Sindicopes), a diminuição na receita dos royalties fará com que muitos municípios revejam seus investimentos, que devem ser menores.

“Não acreditamos em mudanças na cadeia de petróleo, pois o Espírito Santo continuará a ser um estado produtor. O que deve acontecer é uma redução na capacidade de investimentos dos municípios, que irão diminuir o número de obras e de contratações”, previu.

Em Itapemirim, no Sul do Estado, por exemplo, a receita com os royalties hoje, que é de R\$ 1 milhão por mês, deve cair para R\$ 1,5 milhão por ano com as alterações, de acordo com dados da prefeitura.

A prefeita de Itapemirim, Nor-

ma Ayub (DEM), disse que terá de paralisar obras.

“Com essa proposta o município perde muito. Hoje estou com 180 casas populares em construção e terei que paralisar, porque não teremos dinheiro para dar continuidade aos projetos existentes, nem continuar investindo”, reclamou.

Para Éder Botelho da Fonseca, secretário de Administração do município, as modificações da emenda inviabilizam a maioria dos projetos da prefeitura.

Na opinião de Fausto Frizzera, presidente do Centro Capixaba de Desenvolvimento Metalmeccânico (CDMEC), se o dinheiro dos royalties tiver como destino a qualificação de mão de obra, a quantidade de empregos pode diminuir.

“Se o dinheiro for para a qualificação de mão de obra, muitos empregos deixarão de ser criados”.

SAIBA MAIS

Mudança na divisão

- > O DEPUTADO federal Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) propôs que os royalties do petróleo sejam divididos igualmente entre os estados da federação, sejam eles produtores ou não.
- > APROVADA sob muita polêmica na Câmara, a chamada Emenda Ibsen agora deve passar pelo Senado.
- > A EMENDA altera a forma como o dinheiro dos royalties do petróleo é dividido entre os estados brasileiros.
- > ATUALMENTE estados produtores, como o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, são beneficiados com a compensação.
- > COM A EMENDA, o Espírito Santo deixa de ganhar R\$ 440 milhões por ano em royalties, levando em consideração a produção de 130 mil barris anuais.
- > JÁ O RIO DE JANEIRO perderia mais de R\$ 5 bilhões.

Proposta faz Estado cair do 2º para 23º no recebimento

Havendo a aprovação da Emenda Ibsen, que muda a forma de distribuição dos royalties entre os estados brasileiros, o Espírito Santo, que hoje ocupa o segundo lugar no recebimento das compensações, de acordo com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), cairia para 23ª posição, com uma perda de R\$ 440 milhões por ano.

Isso porque, o critério para distribuição dos royalties utilizado pelo autor da proposta, o deputado federal Ibsen Pinheiro, toma como base os fundos de participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), que tem sido questionado

pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Atualmente, o Espírito Santo é o segundo estado da federação, atrás apenas do Rio de Janeiro, em recebimento de royalties.

Pelas regras atuais, da emenda, estados que não produzem nada de petróleo como Maranhão, Pernambuco e Pará, ocupariam os terceiros, quarto e cinco lugares respectivamente, no ranking dos recebimentos, enquanto Rio de Janeiro e Espírito Santo, maiores produtores, ocupam apenas as 22ª e 23ª posições.

MUDANÇAS COM A ADOÇÃO DO FUNDO

Projeto ignora participação dos estados na produção do petróleo

> PARA REDISTRIBUIR parte dos impostos que a União arrecada, de forma a reduzir desigualdades regionais, foram criados dois fundos de participação dos estados e dos municípios (FPE e

FPM). O critério de divisão obedece a um coeficiente calculado com base em diversas variáveis, como tamanho da população e região geográfica.

> A EMENDA IBSEN, ao propor a redistribuição das riquezas do petróleo

(royalties e participação especial), adotou os critérios do FPE e do FPM como parâmetros de distribuição. Não leva em consideração participação de cada estado na produção do petróleo.

Ranking de acordo com FPE

- 1º Bahia
- 2º Ceará
- 3º Maranhão
- 4º Pernambuco
- 5º Pará
- 6º Paraíba
- 7º Minas Gerais
- 8º Tocantins
- 9º Piauí
- 10º Rio Grande do Norte
- 11º Alagoas
- 12º Sergipe
- 13º Acre

- 14º Amapá
- 15º Paraná
- 16º Goiás
- 17º Rondônia
- 18º Amazonas
- 19º Roraima
- 20º Rio Grande do Sul
- 21º Mato Grosso
- 22º Rio de Janeiro
- 23º ESPÍRITO SANTO
- 24º Mato Grosso do Sul
- 25º Santa Catarina
- 26º São Paulo
- 27º Distrito Federal

Como é obtido o valor do FPE de cada estado?

> EM 1989, os secretários estaduais de Fazenda e Finanças definiriam um coeficiente individual para cada estado, conforme estabelecido no Anexo da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989. É uma tabela fixa.

COMO É HOJE

Distribuição dos royalties em um campo no mar ou na plataforma continental com alíquota acima de 5%*

- > LAVRA NA plataforma continental – 25%
- > MINISTÉRIO da Ciência e Tecnologia – 22,5%
- > ESTADOS confrontantes com campos – 22,5%
- > MUNICÍPIOS confrontantes com campos – 15%
- > COMANDO da Marinha – 7,5%
- > FUNDO ESPECIAL (estados e municípios) – 7,5%. Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural

* A distribuição varia conforme a alíquota (até 5% ou acima de 5%) e conforme a localização do campo (em terra, na plataforma continental ou no mar)

COMO FICARIA COM A EMENDA

- > A PARCELA que cabe à União fica como está.
- > DO RESTANTE dos recursos, 50% serão destinados aos estados – serão distribuídos a todas as unidades da federação, de acordo com o Fundo de Participação dos Estados (FPE) – e 50% irão para todos os municípios, de acordo com Fundo de Participação dos Municípios (FPM)**

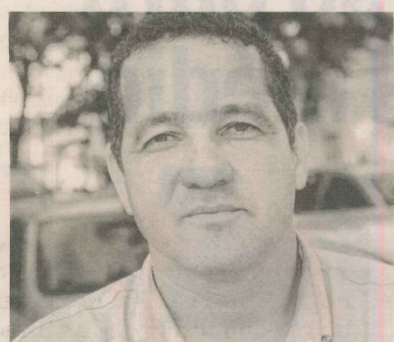
**O repasse do FPE e do FPM leva em conta, basicamente, a população de estados e municípios. Esses fundos funcionam como estímulo regional, sendo que estados e municípios mais ricos recebem proporcionalmente menos que as unidades mais pobres.

Fonte: Agência Nacional do Petróleo (ANP)



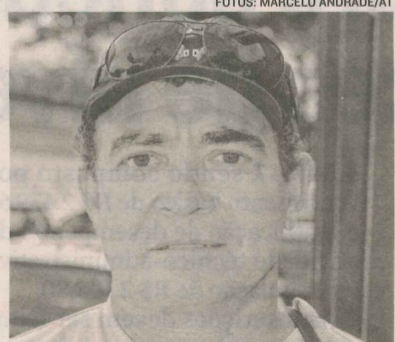
PRODUÇÃO em plataforma

FALA, LEITOR!



“A proposta do jeito que eles estão querendo aprovar, com certeza, vai prejudicar o Espírito Santo”

Wallace Nascimento, 44 anos, supervisor de locação



“Os estados produtores precisam receber mais dinheiro do que os demais, porque eles sofrerão os impactos”

Paulo Ramos, 56 anos, aposentado

FOTOS: MARCELO ANDRADE/AT